

MESA DE DIÁLOGO CONTRA A VIOLÊNCIA

Organização: Comissão Arns

Local: OAB Nacional

Início minha fala com o reconhecimento e a reverência à Macota Celinha para, deste modo, expressar que em nosso país qualquer ação de superação da violência e por transformação cultural e estrutural exige o reconhecimento da pluralidade religiosa que nos caracteriza como país. Afinal, o cristianismo é uma das muitas tradições religiosas que nos constituem. Não é a única. O Brasil é um país de muitos Deuses e Deusas, por isso, a unidade na diversidade é um dos princípios que precisam nos mover.

A intolerância religiosa não é algo novo em nossa história. As missões protestantes quando chegaram aqui tinham por objetivo tornar esta terra uma terra cristã. A prática da violência caracterizou boa parte das ações missionárias. Uma violência que se materializou na negação da identidade dos povos originários e tradicionais, na negação dos ritos e costumes destes povos e na morte das muitas expressões de manifestações do sagrado.

No entanto, ser protestante, ser evangélico não é sinônimo de violência, de racismo, de misoginia, de exclusivismo religioso.

Ser evangélico é, antes de tudo, ser coerente com a Boa Nova anunciada por Jesus Cristo. Esta boa nova apresenta um conjunto de práticas que orientam as pessoas que optaram pela fé em Jesus Cristo a estar no mundo. Estas práticas nos desafiam para o exercício do discernimento do que é justo e do que não é justo.

Não há nada mais anti-evangélico que a negação do direito do outro e da outra de viver com dignidade, exercendo livremente a sua fé, seja ela qual for, ou optando por não ter religião alguma. Não há nada mais anti-evangélico do que a misoginia, a LGBTfobia, o racismo. A liberdade cristã é uma consequência da fé. Esta liberdade nos torna livres para amar e praticar a justiça e nos impede a prática do ódio que é a negação da nossa liberdade conferida a nos pela fé em Jesus Cristo. A liberdade cristã não nos autoriza para a prática da violência. As práticas cristofascistas, conceito desenvolvido pela teóloga alemã Dorothe Sölle e atualizado para o contexto brasileiro por alguns teólogos e teólogas protestantes, não são evangélicas.

Faço memória de toda a contribuição dada pelo protestantismo brasileiro. A principal delas é o movimento ecumênico cujos pilares são o diálogo, a promoção e a defesa dos direitos humanos. Lembro toda a contribuição financeira dada pelo Conselho Mundial de Igrejas, para o projeto Brasil Nunca Mais. A luta contra a ditadura envolveu presbiterianos, metodistas, anglicanos, luteranos e também pentecostais. Destaco também a primeira cartilha de Direitos Humanos, lançado em 1973 pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, organização formada por igrejas evangélicas, além da Católica Romana. Logo após o massacre no presídio de Carandiru, em 1992, presidiários sobreviventes empunharam um exemplar deste livreto. Esta publicação, que contribuiu para difundir os direitos humanos no Brasil, faz a relação entre a Declaração Universal dos

Direitos humanos e a Bíblia. A prática dos Direitos Humanos, portanto, é profundamente evangélica, no sentido da promoção da não violência, da dignidade humana, da liberdade de expressão e da liberdade religiosa, entre outros.

Elenco alguns movimentos evangélicos organizados nos últimos anos em nosso país. Destaco o Fórum Ecumênico ACT-Brasil e suas muitas ações de incidência nacional e internacional de denúncias das violações de direitos que ocorrem aqui. Menciono também o coletivo “Evangélicas pela Igualdade de Gênero” que, entre as muitas ações, busca estabelece canais de diálogo com o movimento feminista secular e também promover o debate sobre a teologia feminista entre mulheres religiosas. Tudo isso para romper com a compreensão de que o cristianismo é anti-feminista. O cristianismo não é anti-feminista, porque ser anti-feminista significa ser contrário à dignidade das mulheres. Há uma presença evangélica de acolhida à diversidade no Brasil. No entanto, o desconhecimento e a negação da pluralidade religiosa nos impede de vê-los.

Esta semana, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil lançou uma Carta para o Brasil dos dias atuais. Ali ressaltamos que

“Por anos, a teologia ecumênica latino-americana proclamou o compromisso e o testemunho públicos de fé em favor de transformações estruturais de nosso continente, caracterizado por diversos tipos de desigualdades. Esta teologia provocou as Igrejas a viverem a sua responsabilidade social e, por isso, sofreu perseguições e foi sistematicamente silenciada. No entanto, não se fazem perguntas e nem questionamentos às teologias subordinadas à lógica do mercado que proclamam e vociferam moralismos e exclusivismos religiosos, que aceitam estabelecer relações pouco evangélicas com a política representativa e, ao mesmo tempo, aprisionar a fé em Jesus Cristo em jaulas de ouro, abstendo-se em denunciar os rostos atuais do Cristo crucificado, revelados na terra ferida, na violência da especulação financeira, na ausência de direitos”.

Esperançar

Enquanto cristãos e cristãs, temos o compromisso de não perder a esperança! Não podemos tolerar que nossos cultos sejam articulados para sustentar políticas contrárias aos direitos humanos. Deus não suporta “maldade com festa religiosa” (Is 1:13).

Rogamos a Deus por sabedoria, bom senso e capacidade de compaixão e diálogo, afinal, no Brasil que queremos, todos e todas poderão, com liberdade e respeito às diferenças, trabalhar por uma sociedade mais justa. **#VamosEsperançar**

Brasília, 15/08/2019

Pa. Romi Márcia Bencke
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil